

O SR. CARLOS KHERIAKIAN (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, o São Paulo F.C. inaugurou dia 2 do corrente mês a sua magnífica praça esportiva no Bairro do Morumbi, nesta Capital, ato a que compareceram as mais destacadas personalidades do nosso mundo político, militar, religioso e esportivo, presentes o Governador do Estado, Prof. Carvalho Pinto, o Prefeito Municipal, Dr. Ademar de Barros e o Cardeal de São Paulo, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta.

O São Paulo F.C., tradicional agremiação que tantas glórias tem dado ao nosso Estado e ao Brasil pela sua destacada participação em várias modalidades esportivas amadoras e profissionais, dá um dignificante exemplo de quanto pode ser feito quando um clube possui uma diretoria operosa, dedicada, honesta, decidida e dinâmica, e conta com um quadro de associados compreensivos, confiantes nos destinos de sua agremiação e fiéis às suas gloriosas tradições esportivas.

Quando o São Paulo F.C. através de decisão de sua diretoria de então, após vender sua propriedade no Bairro do Canindé, se propôs a construir um estádio que seria o maior do Brasil, ouviram-se imediatamente as opiniões dos descrentes e derrotistas, que consideravam impossível que tal tarefa de gigantes fosse levada a cabo por entidade particular sem ajuda ou participação financeira dos poderes públicos.

Mais uma vez ficou demonstrada a fibra inquebrantável dos bandeirantes que escreveram páginas gloriosas da nossa história. O mesmo espírito que levou a diretoria do São Paulo F.C. e seu quadro de associados a enfrentar as mais sérias dificuldades, inclusive com o sacrifício de quadro de futebol que por falta de recursos financeiros deixou de obter nos campeonatos realizados a posição a que fazia jus pelas suas tradições foi que conduziu à vitória final esses abnegados esportistas que vêem hoje concretizado o seu sonho com a inauguração do estádio Cícero Pompeu de Toledo.

Foi uma conquista para o esporte de São Paulo e do Brasil a construção do Estádio do Morumbi, que por suas características — capacidade atual de 85 mil pessoas no campo de futebol e futuramente de 150 000, área total de 154.000 metros quadrados, "play ground" para 1.500 crianças, ginásio com 17.000 metros quadrados, cinema para 1.500 espectadores, 3 piscinas, teatro greco para 1.500 pessoas, sede social com 2 salões de festas, 2 restaurantes, pista permanente para patinação sobre o gelo, 4 quadras de voleibol e basquetebol, 10 quadras de tênis, pistas de atletismo, salão para ginástica, ginásio para esportes de salão, etc. — lhe dá a posição invejável de maior praça esportiva do mundo.

A magnífica realidade que hoje constitui o Estádio Cícero Pompeu de Toledo é motivo de orgulho para todos os paulistas e brasileiros e permitirá a realização, num futuro próximo, em nosso país, de competições esportivas, setor no qual o Brasil vem se destacando internacionalmente.

A Assembléia Legislativa, lúidima intérprete do pensamento e da vontade do povo paulista, não poderia silenciar em relação a tão significativo acontecimento, que tanto representará em favor do esporte em nosso Estado, manifestando o seu júbilo e satisfação por mais esta conquista da gente de São Paulo, pioneira das grandes realizações e das iniciativas em favor da causa pública.

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa um voto de congratulações com a diretoria e associados do São Paulo F.C. pela inauguração de sua praça esportiva, denominada Cícero Pompeu de Toledo, magnífica realização em prol do esporte brasileiro.

Requeremos outrossim, seja dado conhecimento aos homenageados do deliberado por esta Casa.

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 1960.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Gustavo Martini.

O SR. GUSTAVO MARTINI — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, requeremos, ouvida a Casa, seja inserido na ata dos nossos trabalhos voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 26 de setembro p. p., na vizinha cidade de Santos, do prestante cidadão Manoel Dias Marcelino, um dos pioneiros da hotelaria santista.

Requeremos mais que seja oficiado à Exma. Família, transmitindo esta homenagem da Assembléia Legislativa.

Justificativa

O Sr. Manoel Dias Marcelino, cidadão nascido em Portugal, na localidade de Tabuás, distrito de Coimbra, veio para o nosso País, em plena mocidade, fixando-se em Santos há mais de 60 anos. Através um trabalho honrado, paciente e dinâmico, além de uma visão das mais largas, após militar no comércio, instalou numa época onde somente uns poucos acreditavam no progresso junto às nossas praias o Recreio dos Banhistas, onde, posteriormente, foi por ele construído o Hotel Belvedere à Avenida Presidente Wilson em pleno Gonzaga. Tempos depois, isto é, em 1930, construiu um dos grandes hotéis de que se orgulha a gente santista — o Hotel Avenida Palace — ao qual, durante longos anos, dedicou seu trabalho, somente dele se afastando relativamente há bem pouco tempo. A ele, pois, como um dos pioneiros da hotelaria santista, como o Comendador João Fraccaroli e meu falecido progenitor Alfieri Martini, deve a cidade de Santos uma boa soma de inestimáveis serviços, justificando-se plenamente o presente requerimento.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jacob Zveibil. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcondes Filho.

O SR. MARCONDES FILHO — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, até há bem pouco tempo os lavradores paulistas dedicados à citricultura viam seus esforços compensados por preços que colocavam a laranja em lugar de destaque na coluna de rentabilidade agrícola de nosso Estado. Por isso, os laranjais, cuja zona clássica se limitava ao município de Limeira e aos de suas adjacências, se expandiram para outros rincões de São Paulo, fazendo crescer acentuadamente a produção citrícola paulista.

Embora a produção viesse aumentando de ano para ano, os preços se mantinham razoáveis, em virtude da exportação para a Europa onde os nossos frutos são bem recebidos, em razão de sua excelente qualidade e das boas condições em que chegam ao mercado europeu, e isto decorrente de perfeita organização de classificação, de preparo e de seleção nos nossos "Packing Houses" instalados em diversas cidades de nossa hinterlândia.

Um trabalho oficial intenso de criação de variedades, atendendo ao gosto dos europeus, foi executado pelo Instituto Agrônomo, sendo este também um dos fatores que mais contribuíram para o aumento de nossa exportação e, por conseguinte, para a colheita de cambiais necessárias ao desenvolvimento econômico nacional.

Entretanto, Sra. Presidente e nobres Srs. deputados, hoje os preços pagos aos citricultores para a laranja destinada ao consumo interno estão muito abaixo de um mínimo exigido pelos seus esforços. Na verificação do assunto que acabamos de mencionar, pudemos constatar os baixos preços pagos aos citricultores, preços baixos em relação às despesas da produção e aos preços que vigoram no mercado que distribui o fruto ao povo. De nossas investigações, baseadas que foram em venda feita, em julho passado, por uma de nossas cooperativas agrícolas, concluímos os seguintes dados que interpretam a despesa e o preço médios de 1 caixa pertencente a uma remessa de 18 caixas de laranja para São Paulo.

Receita

	Cr\$
Média de 1 caixa de laranja "Pera"	66,60
Elevação de capital do cooperado (25%)	1,66
Total	68,33

Despesa com transporte e venda

Carreto de Campinas a São Paulo	20,00
Imposto de Vendas e Consignações	3,19
Aluguel de engradado	15,00
Taxa da Cooperativa para a venda (9%)	5,99
Depósito (0,5%)	0,33
Transporte do engradado de Campinas a lavoura	3,00
Idem do engradado com frutas da lavoura a Campinas	10,00
Trabalho de descarga	2,00

Total da despesa somente com transportes e venda .. 59,51

Deduzindo-se Cr\$ 59,51 de Cr\$ 68,33, vemos que ao lavrador coube a importância de Cr\$ 8,81 por caixa de laranja. Sabendo-se que em uma caixa tem 20 dúzias de laranja do tipo médio, vemos que o citricultor recebeu de suposto lucro somente a importância de Cr\$ 0,44 (quarenta e quatro centavos) por dúzia de laranja. E note-se que nestes cálculos não estão computadas as despesas feitas com adubação, com pulverizações, com mão-de-obra empregada e com a própria subsistência do agricultor.

Em outra venda também de fins de julho passado, pudemos observar que, enviando 41 caixas de laranjas dos tipos "Extra", "Especial" e "1.a" para São Paulo, o lavrador teve, nessa remessa, um prejuízo de Cr\$ 293,20, entregando aos revendedores a laranja ao preço de Cr\$ 2,50 a dúzia. Entretanto, não precisa-

mos dizer por quanto a laranja está sendo vendida ao povo desta Capital. Estes dados não são teóricos, mas sim objetivos e se incluímos as despesas agrícolas e a subsistência do lavrador e de sua família, veremos que o prejuízo ora citado se eleva sobremaneira.

Acertaram muito bem o ilustre Governador e seu competente Secretário da Agricultura, expedindo, na semana passada, em decreto instituindo o Conselho Consultivo da Tecnologia Agrícola, em cujas atribuições se inclui o estudo da industrialização dos produtos agrícolas. E diante disso, é que vimos sugerir seja o problema da industrialização da laranja estudado em primeiro lugar, para que o nosso Estado não se veja privado de uma lavoura que resultou do trabalho dos nossos agricultores e dos técnicos da Secretaria da Agricultura. Pensamos mesmo que somente a industrialização da laranja, ao lado do incremento da exportação "in natura", poderá salvar a citricultura paulista.

Era o que tínhamos a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jéthero de Faria Cardoso. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Francisco Franco. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, estou enviando à Mesa a seguinte indicação (Lê).

"Considerando que de acordo com as previsões dos engenheiros do D.E.R. a conclusão do trecho da segunda pista da Via Anhanguera atingirá Campinas no próximo mês de outubro;

Considerando que isto implica em enormes vantagens para o tráfego entre a Capital e Campinas;

Considerando que com a conclusão desse trecho o D.E.R. estará apto a promover os estudos sobre o prosseguimento dos trabalhos da pavimentação de outros pontos;

Considerando que a cidade de Campinas contará em breve com o novo hipódromo do Jockey Clube, cujas instalações serão de grandes proporções;

Considerando que o funcionamento do referido hipódromo determinará enorme afluência de esportistas, principalmente da Capital, para a cidade de Campinas;

Considerando que por esse motivo seria de grande importância o prolongamento da segunda pista da Via Anhanguera até o local onde serão construídas as novas instalações do Jockey Clube de Campinas.

Indico na forma regimental ao ilustre Governador do Estado, determine através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, os estudos necessários no sentido de que a segunda pista da estrada que liga a Capital a Campinas seja prolongada até o local onde está sendo construído o novo Hipódromo do Jockey Clube Campineiro".

Sra. Presidente, Srs. deputados, considero de imprescindível necessidade a continuação dessa segunda pista. Aliás, o Governo do Estado, atendendo a uma indicação deste deputado, houve por bem levá-la a efeito, e já está quase a terminá-la. Desejo mesmo, nesta oportunidade, congratular-me com o Sr. Governador do Estado e com o Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas pela presteza com que agiram com relação à segunda pista, entre Jundiaí e Campinas.

Portanto, Sra. Presidente, estou certo de que S. Exa. levará em consideração o alto alcance desta indicação e determinará à Secretaria da Viação e Obras Públicas a continuação da monumental obra até as proximidades do futuro Hipódromo de Campinas.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Leonidas Camarinha. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Athlé Jorge Coury. — (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Benedito Matarazzo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Farabulini Júnior. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Anacleto Campanella.

O SR. ANACLETO CAMPANELLA — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, não terá por certo, passado despercebido de todo o povo brasileiro a atuação do eminente Presidente Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira face ao desenrolar e término da campanha política pela conquista do Palácio da Alvorada, através do pleito de 3 de outubro, de há poucas horas ainda. A ninguém repetimos, terá escapado a dupla personalidade que trazou como atuando em recipientes estanques, num político, o homem, o admirador de uma candidatura; no outro o presidente, melhor dizendo, o presidente de todos os brasileiros, o supremo magistrado, de quem a nação esperava — e não ficou desapontada — a mais digna e inarredável equidistância.

Com efeito, Sra. Presidente, nobres deputados, aquele que recebeu a faixa presidencial das mãos impolutas do poder constituinte, além de dinamizar o seu governo na azáfama trepidante de colinar a objetivos que traduziram um evoluir, um progredir de 50 anos em apenas 5, não descuroi, um momento sequer, de uma outra meta que acaba de atingir, a 3 de outubro último.

Essa meta, Sra. Presidente, que já hoje é um fato consumado não teve a facilidade colmada e enfática de uma simples parada militar. Foi luta, foi o evidenciar claro e meridiano de uma afirmação, de uma normativa, eis que, logo nos primeiros dias de seu governo, o criador de Brasília teve de enfrentar um "putsch" militar que, embora de pequena proporção, seria, contudo, a primeira pedra de toque para a demonstração do teor de sua fibra democrática. O nobre presidente puniu com a anistia os sublevados da quase primeira hora de seu governo antes mesmo de que a oposição se desse ao trabalho de acenar-lhe tal atitude. Muito mais tarde, surge Aragarcas, e nenhuma medida de exceção foi a resposta de quem se propôs brechas muito mais dignificantes, mais patrióticas, mais práticas, mais úteis do que reprimir quarteladas mais ou menos incipientes com o perigo de essa pátria torquese de lesa democracia, de uma declaração de sítio.

E que, Sra. Presidente e nobres pares, o grande Presidente que deseja terminar seu governo com retribuir ao povo brasileiro o penhor de tê-lo eleito mais para administrar do que para punir patrióticos menos esclarecidos, não nasceu em viçosa, mas em Diamantina... Se na primeira das localidades, outra teria sido sua atitude e, a propósito, tem a palavra a História.

Generoso por índole própria e pelo apêgo, pelo entusiasmo e vocação de dinamismo com que se empenhou em seu programa de metas, o eminente brasileiro foi a um tempo dinâmico realizador, atento às vitais necessidades e exigências do povo brasileiro e mestre-escola, professor de democracia.

Com efeito, Sra. Presidente, nobres deputados, o Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira foi professor de democracia quando, ao sofrer críticas e restrições ao seu governo, prosseguiu em sua obra cíclopica e incomparável. Foi professor de democracia quando, ao invés de sopitar com energia os arrebatados dos primeiros rebeldes, deu-lhes uns tabefes muito paternais com anistia-lhes antes, para ignorar-lhes depois. Foi professor de democracia quando garantiu calma da mais verdadeira paz e ordem à campanha eleitoral, que se desenrolou sem contorção da sua administração o ritmo de trabalho que lhe propiciará e mais estupefatos saído desenvolvimentista jamais apresentado por um Presidente em nossa terra.

E, Sra. Presidente, o mestre-escola, o professor de democracia conduziu a país calmo e operoso, interessado pela luta política, pelos supremos interesses da pátria comum ao 3 de outubro, marco final da empresa também democrática, ou seja, a derradeira aula a que S. Exa. se propôs dar a nossa gente, através dos seus cinco anos de governo, que tanto contribuíram para a mais decidida e sã política do povo brasileiro.

Sra. Presidente, o 3 de outubro foi precisamente, o fecho de ouro de uma normativa democrática da grande vocação político-democrática do eminente Presidente Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. O 3 de outubro de 1960, é uma consagração de uma meta atingida: a meta democrática de um governo realizador, erador, dinamizador de energias, vigoroso e incansável exercido pelo professor de democracia Juscelino Kubitschek.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente e nobres deputados.

O SR. SOLON BORGES DOS REIS — Sra. Presidente e Srs. deputados, o próximo dia 15 assinala o transcurso do "Dia do Professor". Todos os anos o povo, pelo que tem de mais representativo, pelas suas instituições e figuras exponenciais, presta ao mestre, de todos os graus e ramos de ensino, a sua demonstração de apreço, consideração e estima, e renova a sua profissão de fé na obra da educação.

Povo que realmente leve a sério a obra da educação é povo que muito pode esperar do seu futuro e, no plano geral da educação, a condição do professor é essencial. Eis porque no próximo dia 15, dia consagrado ao professor, porque evoca o ano longínquo do primeiro Império, em que Pedro I instituiu o ensino público no Brasil, esperamos que os poderes públicos do Estado ofereçam ao professor público estadual as condições de trabalho e remuneração compatíveis com a dignidade de suas funções de alto alcance social.

Estamos, numa época de impressionante elevação do custo de vida, reexaminando o "quantum" do salário mínimo em todo o país, e as entidades de classe do magistério expõem aos poderes públicos o seu programa de revalorização de padrões de remuneração. Nenhuma outra data será mais adequada do que o "Dia do Professor", a transcorrer dia 15 do corrente, para que os poderes públicos estaduais examinem o problema dos vencimentos do professor e tomem uma decisão que atenda às necessidades prementes da classe dos educadores públicos.

Esta Assembléia tem em tramitação numerosas proposições de interesse dos professores do Estado e oportuno seria também, numa demonstração de apreço ao magistério, que realizasse uma sessão especial para votar projetos que coincidem com os interesses do ensino e atendem às justas aspirações do professor.